

**Artigo de opinião**  
**Lúcio Neto Amado**

**Carta aberta às Instituições do Ensino Superior São-Tomenses!**

Não costumamos, nem tão pouco, temos o hábito de escrever *cartas abertas*, seja para quem for, por julgarmos que estas têm, por vezes a conotação de um instrumento panfletário, o que, não é de todo, o nosso principal objectivo.

Queremos assegurar aos puristas da nossa Praça que não temos a pretensão de “incendiar” rigorosamente *nada*. Nem através de *semplu*<sup>1</sup>, nem através de seja o que for.

A nossa intenção está despida de qualquer tipo de preciosismo: a ideia central é aqui lançada por uma boa e justa «causa».

Uma *carta aberta* é uma expressão utilizada eufemisticamente que representa uma página escrita por um cidadão que pretende fazer chegar a sua «voz» a quem de direito.

Essa tarefa não é uma proeza fácil de se concretizar na nossa sociedade. Essa nossa sociedade que já devia ter deixado cair a designação *DEMOCRÁTICA* que enferma o nome do nosso país. O país, na nossa modesta opinião, deverá chamar-se República de São Tomé e Príncipe.

Esse é, apenas um aparte, ou seja um pequeníssimo pormenor!

Voltando a *carta aberta*!

O propósito desta singela carta é fazer chegar aos responsáveis dessas Instituições do Ensino Universitário sediados na Ilha principal – a cidade de São Tomé, capital do país – uma preocupação que outros indivíduos, provavelmente, já nela terão pensado.

O aspecto principal da nossa missiva prende-se com um elemento cultural que faz parte da nossa depauperada Identidade Nacional.

Falamos concretamente das Línguas nacionais, um precioso legado dos nossos antepassados.

Essas Línguas nacionais encontram-se bastante maltratadas, esquecidas, sem que nós tenhamos a hombridade suficiente, para lhes dedicar: 30 segundos do nosso *precioso* tempo; 30 segundos da nossa vida; 30 segundos a «olhar» por e, para elas.

Na Ilha do Príncipe, poucos são os cidadãos que ainda falam e/ou escrevem a Língua local, o Lung’lé. Como sempre, os *mais velhos*, essa “Biblioteca” que encerra grande parte da nossa Memória Colectiva é que ainda seguram o *estandarte* da Língua da

---

<sup>1</sup> Os *semplu* “(...) têm a sua origem na experiência empírica do homem santomense, expressos pelas imagens proporcionadas do painel da natureza da vida santomense. Por outro lado, têm também a sua origem nos factos históricos, particulares ou personagens histórico-populares. Os *semplu* cativam-nos pela sua moralidade, sua pedagogia e sua psicologia. Os *semplu* louvam algumas virtudes e estigmatizam certos vícios”. In DAIO, Olinto, (2002) “*Semplu*”, Edições Gesmédia, São Tomé, página 15.

nossa Ilha «irmã»<sup>2</sup>. O crioulo cabo-verdiano, o português e o forro são as línguas que mais se ouve falar nas ruas, nos mercados, nas escolas... da Região Autónoma.

Na Ilha de São Tomé, o panorama difere pouco.

O Forro continua a ter alguma expressão devido a forma de expressar de uma parte da população que utiliza, de um modo geral, a música, os provérbios, os sêmplu<sup>3</sup> e, também nas tarefas do quotidiano<sup>4</sup>. Esta Língua vai «resistindo» aqui e ali, envergonhada e cheia de tibiezas, por parte de uma franja de indivíduos, que ainda acreditam na justeza da sua existência secular. Ela é, apesar de tudo, a mais falada nos cantos mais recônditos da nossa República.

O Angolar continua a ser uma língua «mistério» entendida só por uma franja da população São-Tomense, conotada com os indivíduos que se dedicam, profissionalmente, à pesca artesanal. São indivíduos que residem, maioritariamente, à beira mar e que têm um *modus vivendi* próprio, herdado do tempo dos seus antepassados.

Perante este cenário, tomamos a liberdade de vir, por este meio, sugerir aos senhores Reitores das: Universidade Pública de São Tomé e Príncipe; Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe; do Instituto IUCAI, que façam um esforço no sentido de se introduzir nas vossas Escolas, uma cadeira que englobe as três *Línguas Nacionais*.

Essas Cadeiras poderão, eventualmente fazer parte dos Planos do Curso. Contudo, se elas não couberem nesses Planos, criem-se aulas livres de *Línguas Nacionais* para enriquecerem o currículo do aluno.

Para tal vimos sugerir os nomes dos senhores Caustrino Leal de Jesus Alcântara; Manuel Salomé e João Carlos “Né Zó” para leccionarem, respectivamente, o “Santomé” (Língua Forro); o Lung’lé (Língua do Príncipe) e o Anguéne (Língua Angolar).

Poderão ser ensinadas no 1º ao 4º ano em todas essas supracitadas Instituições.

O Estado deverá participar como parceiro privilegiado nessa iniciativa académica, criando condições objectivas para a concretização desse projecto, providenciando, também, um pagamento condigno aos professores que leccionem a matéria em causa.

Pensamos que a sociedade aplaudirá esse vosso precioso contributo em direcção a um acervo identitário, que caminha a «passos largos» para a extinção. Ganha o país, ganham os cidadãos, ganham os jovens e as crianças, em suma, ganhamos todos nós.

Para rematar vamos fazer uma outra *provocação!*

Senhores Reitores, já agora, não resistimos a «lançar» mais *duas propostas* que esperamos não seja vista como um acto puramente blasfemo.

---

<sup>2</sup> O Governo Regional teve uma atitude que é de louvar, introduzindo a aprendizagem do Lung’lé, nas Escolas Primárias.

<sup>3</sup> O Semplu, de acordo com Daio, “(...) é uma sentença popular, uma verdade concisa, às vezes ritmada, que contém muitas alterações, jogos de palavras sempre ritmadas e são expressas, geralmente, sob a forma metafórica. Sendo pensamentos condensados numa forma de expressão concisa e ritmada, os semplu contêm as reflexões, as constatações ou experiências feitas sobre a vida do homem e todas as suas actividades, sobre a natureza, os seus poderes, a sua beleza, e os seus riscos. Os semplu recordam as circunstâncias dramáticas ou humorísticas, são ricos de subentendidos. A compreensão dos semplu supõe o conhecimento dos costumes, das circunstâncias da vida e da mentalidade que lhes deu sentido”. In DAIO, Olinto, (2002) op. cit., pp. 13-14.

<sup>4</sup> É de louvar e de referir que existe no país, uma Congregação Religiosa antiga que utiliza a Língua Forro em quase todas as cerimónias litúrgicas, que decorrem no interior do seu Templo.

Primeira proposta: porque não introduzimos nos currículos de todos os Cursos de Licenciatura, a Cadeira de Língua Portuguesa com o carácter obrigatório e com a periodicidade Anual, ensinada do 1º ao último ano?

Segunda proposta: porque não introduzimos, com carácter obrigatório, a Cadeira de História Contemporânea de São Tomé e Príncipe, no 4º ano de todos os cursos de Licenciatura, sem excepção?

Este é o teor da *carta aberta* que endereçamos aos Magníficos Reitores das Universidades do país.

São Tomé e Príncipe, Novembro de 2014